

## **UNIDADE: FORÇA-MOTRIZ E FACTOR DE DESAGREGAÇÃO NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE (1959-1975)**

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA

Instituto de História Contemporânea, FCSH UNL

[Jadpereira2@yahoo.com.br](mailto:Jadpereira2@yahoo.com.br)

### **Resumo**

A Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a independência em Madina do Boé a 24 de Setembro de 1973. Quanto a Cabo Verde, a transferência da soberania portuguesa para os novos representantes dos povos das ilhas decorreu a 5 de Julho de 1975 na Cidade da Praia. Unidos por um passado colonial comum, os territórios de Cabo Verde e Guiné lograram a obtenção da independência no culminar de um processo que teve como força motriz e traço de união o PAIGC. Sob a divisa “Unidade e luta”, este movimento independentista de cariz bi-nacional procurou congregar militantes de várias origens étnicas em torno da luta contra o colonialismo português, pela independência da Guiné e Cabo Verde e por uma futura união política entre os dois países. O lema do PAIGC acaba por condensar o programa político idealizado pelo seu *leader* máximo, Amílcar Cabral, alguém que se afirmava consciente dos laços históricos que uniam as duas colónias e que se encontrava imbuído do espírito pan-africanista que varria o continente africano na dobragem da primeira metade do século XX. Tal programa político, defendiam os dirigentes independentistas, deveria desenvolver-se na Guiné e em Cabo Verde, num percurso que, não excluindo o diálogo com as autoridades metropolitanas, deveria conduzir as populações da mobilização política ao desencadear de acções armadas. O modo como o PAIGC prosseguiu essa estratégia em território guineense, bem como as tensões surgidas entre as duas comunidades nacionais, sem esquecer as circunstâncias e as motivações que envolveram o assassinato de Amílcar Cabral, têm merecido a atenção de autores oriundos de várias áreas do saber. Contudo, a acção do PAIGC relativa a Cabo Verde tem permanecido na sombra. A comunicação que nos propomos apresentar pretende fazer luz sobre a acção do PAIGC em Cabo Verde, mapear a sua frágil estrutura política, elencar e compreender os constrangimentos que ditaram a sua difícil implantação no arquipélago. Pretendemos, no fundo, desenvolver o contexto em que teria lugar um possível desembarque de guerrilheiros do PAIGC nas ilhas, uma intenção manifestada pela cúpula do PAIGC até à morte de Amílcar Cabral, tendo sido equacionados o momento chave para o seu início e a obtenção do suporte necessário à sua execução. Todo este cenário configura um impasse em Cabo Verde, em contraste com os avanços registados pelo PAIGC na Guiné no campo militar, uma situação que serviu de argumento à contestação levada a cabo por vários elementos da ala cabo-verdiana ao secretário-geral. Este fenómeno, de que daremos igualmente conta na comunicação, verificou-se ao mesmo tempo que, entre a comunidade guineense, em maioria no PAIGC, despontava um indisfarçável mal-estar face a uma alegada presença maioritária de militantes cabo-verdianos nos escalões superiores do movimento. Estava em causa o princípio maior do partido – “Unidade e Luta” – quer do ponto de vista do desenvolvimento harmonioso da luta preconizado por Amílcar Cabral, quer pela convivência cada dia mais difícil entre as duas comunidades, um sintoma que deve ser destacado caso pretendamos caracterizar o PAIGC nas vésperas do desaparecimento físico de Amílcar Cabral.

**Palavras-chave** - Anti-colonialismo, Guiné, Cabo Verde, PAIGC, movimentos independentistas

\*

«Unidade e Luta». Aquela que é a divisa do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) e elemento condensador do programa político que os seus militantes procuraram levar a cabo, pode igualmente constitui uma chave de leitura da história deste movimento independentista. Uma hipótese de trabalho que se torna particularmente atraente caso consideremos a evolução deste movimento emancipalista desde o seu surgimento até à

independência da Guiné e Cabo Verde, os seus principais marcos históricos, e o modo como a sua sucessão correspondeu, ou não, à materialização deste princípio do partido. A expressão «unidade e Luta» será o fio condutor de uma comunicação onde, de uma forma necessariamente breve, pretendemos analisar a forma como os avanços e os impasses no combate empreendido nos dos territórios se reflectiram no seio do PAIGC a ponto de se traduzir numa forte clivagem interna. Entre a enunciação de uma palavra de ordem e os esforços desenvolvidos para a sua concretização, procuraremos identificar sintomas e factos que assinalaram o congregar ou o desagregar deste partido nacionalista, a coesão ou o dissídio entre as suas sensibilidades.

À luz do PAIGC e, sobretudo, do pensamento político do seu fundador e primeiro secretário-geral, Amílcar Cabral, a palavra unidade assume múltiplos significados. O primeiro e mais restrito prende-se com a reunião de componentes com características diversas em torno de um objectivo comum. Disse o líder do PAIGC, no decurso do seminário de quadros ocorrido em Dacar em Novembro 1969, que «quaisquer que sejam as diferenças que existam, [é] preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objectivo»<sup>1</sup>. Esta afirmação procurava ter em conta as singularidades de um partido que pretendia representar as aspirações dos povos de Cabo Verde e Guiné à independência, dois territórios geograficamente descontínuos e diversos quanto à orografia e organização social. A colónia da Guiné, um território de cerca 36 mil quilómetros quadrados, encerra, ela própria, um complexo *puzzle* de 30 etnias, uma multiplicidade de línguas e diferenças assinaláveis quanto às práticas religiosas e estruturas sociais. A frase de Amílcar Cabral acima citada remete para a necessidade de essa unidade ter em vista um objectivo palpável que, no caso do PAIGC, prende-se, naturalmente, com o fim do colonialismo nos dois territórios, não enjeitando o PAIGC o recurso à violência e, conquistada a independência, a união política dos dois territórios. Uma primeira formulação desta premissa surge em 1959. É dessa data o primeiro esforço de que temos conhecimento nesse sentido e surge na carta que cria a Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC), um documento assinado por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, em representação do Movimento de Libertação da Guiné (MLG) a 19 de Setembro de 1959<sup>2</sup>. Já a pretendida união dos dois estados encontra-se plasmada no programa do partido<sup>3</sup>. No

---

<sup>1</sup> Amílcar Cabral, *PAIGC Unidade e luta*, Lisboa, Publicações Nova Aurora, 1974, p. 70.

<sup>2</sup> Cf. AMS, DAC, Carta da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGCV), assinado por Abel Djassi (Amílcar Cabral) e Zain Lopes (Rafael Barbosa), 19 de Setembro de 1959, pasta 07056.003.004, man., im. 1.

<sup>3</sup> Cf. AMS, DAC, *PAIGC Statuts et Programme*, [s/ data], pasta 07073.132.003, dact., im. 16.

*Memorandum enviado* ao Governo Português em Dezembro de 1960 são definidos os passos rumo à formação dessa união política que incluem a formação, nos futuros países independentes, de assembleias de representantes a quem caberia a decisão final<sup>4</sup>. Cabral ressaltava não querer a unidade a todo o custo, com toda a gente, apenas pretendia, na esteira de Lénine, atingir um «grau de unidade suficiente»<sup>5</sup> necessária à evolução da sua acção política.

O líder do PAIGC procurou legitimar a sua concepção de unidade na história comum de Cabo Verde e Guiné ou, pelo menos, na leitura por si formulada do passado dos dois territórios. Convém sublinhar, antes de mais, que, para Cabral, o carácter intrinsecamente africano da sociedade e cultura cabo-verdianas não merecia qualquer discussão. Ao falar nos laços de sangue que irmanavam as duas colónias, Cabral pretendia referir, sem margem para dúvidas, a presença de escravos oriundos da Guiné em Cabo Verde, com especial destaque para a ilha de Santiago. Tais ligações remontam ao estabelecimento dos portugueses no arquipélago e nas margens dos rios da Guiné, uma presença que, já no século XIX, procurou firmar-se em terrenos mais interiores, recorrendo, para esse efeito, às guerras ditas de pacificação, um processo que visou a submissão dos povos autóctones e que conheceu o seu epílogo na década de 30 do século passado com a tomada de Canhabaque, ilha do arquipélago dos Bijagós. É neste contexto que ganha particular relevo a presença de contingentes populacionais oriundos de Cabo Verde nos rios da Guiné onde assumiram posição de destaque na administração do território, a ponto de René Pélissier considerar que foi graças aos ilhéus que se pode falar, com propriedade, de presença portuguesa na Guiné na segunda metade do século XIX<sup>6</sup>.

A concepção de unidade idealizada pelo secretário-geral do PAIGC é tributária do ideário pan-africanista que, naqueles anos entre a primeira e segunda metade do século XX, percorreu a África subsaariana e teve em Kwame Nkrumah um dos seus arautos. Sucedem-se as tentativas de formação de federações reunindo territórios coloniais em processo de independência, o caso, por exemplo, da vizinha Federação do Mali. O programa do PAIGC incorpora a intenção de contribuir

---

<sup>4</sup> Cf. AMS, DAC, *Memorandum enviado ao Governo Português*, 1 de Dezembro de 1960, pasta 07059.026.001, dact., im. 7.

<sup>5</sup> Amílcar Cabral, *A arma da teoria - Unidade e Luta I*, Lisboa, Seara Nova, 1976, p. 216.

<sup>6</sup> René Pélissier, *História da Guiné*, 1.º vol., Lisboa, Estampa, 1997, p. 106.

para uma progressiva aproximação política dos países do continente, entretanto independentes, rumo à unidade africana<sup>7</sup>.

Por fim, o conceito de unidade forjado por Cabral assenta num ângulo estratégico, em especial quando associado ao outro termo do binómio que forma o lema do partido, a palavra luta. Segundo o dirigente máximo do PAIGC, o processo que deveria conduzir as duas colónias à independência deveria ser harmonioso em todas as suas fases, da mobilização política à luta armada. Tal significa que os dirigentes e militantes do PAIGC viam na violência um dos meios a empregar para a obtenção da independência, não só na Guiné mas também em Cabo Verde. Esta posição foi eloquentemente expressa por Aristides Pereira no seu livro de memórias *O meu testemunho uma luta um partido dois países*. Lá pode ler-se que o desencadear de acções armadas nas ilhas «era algo que estava ligado ao nosso objectivo de libertação nacional. Porque a posição do Governo português em relação aos territórios por que lutávamos era a mesma, senão mesmo pior em relação a Cabo Verde, pelo que a única solução seria a da luta armada, à semelhança do que estava a acontecer na Guiné»<sup>8</sup>. Tal certeza era comungada por militantes de vários escalões do partido como prova a tomada de posição de militantes independentistas sobre este tópico no decurso da reunião de dirigentes e responsáveis realizada em 1963 na cidade de Dacar que, como veremos à frente, foi um marco importante na procura de um rumo para a acção política e militar a empreender em Cabo Verde. Nessa ocasião, referindo-se explicitamente às ilhas crioulas, Pedro Pires declarou não ter cabimento «falar em luta de libertação nacional sem falar em luta armada»<sup>9</sup>. Para além de pretenderem o cumprimento do programa do partido, os responsáveis do PAIGC receavam que a permanência de Cabo Verde sob domínio português pusesse em causa, não apenas as posições entretanto conquistadas em território guineense, mas também a luta armada empreendida em Angola e Moçambique, assim como a própria independência dos novos países da África Ocidental<sup>10</sup>.

A perspectiva de um desenvolvimento assimétrico do processo político e militar nos territórios da Guiné e em Cabo Verde ou, dito de outra forma, a não concretização do princípio da unidade na

---

<sup>7</sup> Cf. AMS, DAC, *PAIGC Statuts...*, im. 16.

<sup>8</sup> Aristides Pereira, *O meu testemunho uma luta um partido dois países*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, p. 391.

<sup>9</sup> AMS, DAC, *PAIGC Relatório O desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Reunião de quadros responsáveis. 17 a 20 de Julho de 1963. Dakar*, pasta 07063.037.010, dact., im. 7.

<sup>10</sup> Cf. Amílcar Cabral, *A Arma...*, p. 129.

Luta, representava, para o secretário-geral do PAIGC, uma séria ameaça para a vida interna do partido. Este receio foi assumido sem rodeios por Amílcar Cabral ao considerar que «se a luta na Guiné avançar muito, mas a luta em Cabo Verde não avançar nada, mais dias menos dias prejudicamos a luta na Guiné grandemente»<sup>11</sup>, uma afirmação feita no decurso do seminário de quadros realizado em Dacar em Novembro de 1969. Por essa altura, como veremos adiante, o dossiê desembarque em Cabo Verde arrastava-se sem conhecer um desenlace e eram cada vez mais evidentes os sintomas de uma crise interna manifesta numa contestação ao seu líder e em divisões cada vez mais profundas entre elementos das comunidades guineense e cabo-verdiana.

O desfasamento verificado no processo de mobilização encetado pelo PAIGC em Cabo Verde e na Guiné era um dado inelutável. Nas ilhas, o movimento não alcançou mais que uma frágil e incipiente implantação, enquanto no continente, o conflito foi atingindo um grau crescente de intensidade. Por uma questão de economia de tempo, não iremos desenvolver os pontos mais marcantes do percurso de mais de 10 anos durante o qual o PAIGC sobressaiu ante a nebulosa de movimentos independentistas existentes em Dacar e Conacri<sup>12</sup>, despoletou a luta armada no interior e intensificou a acção diplomática no exterior, foi implantando estruturas de um estado embrionário nas áreas sob seu controlo até à proclamação unilateral da independência a 24 de Setembro de 1973. Optaremos por procurar retirar da sombra a acção do PAIGC em Cabo Verde entre 1959 até 1974, ano da Revolução dos Cravos, um tópico que tem merecido menor destaque nas obras dedicadas ao estudo do PAIGC.

O esforço por nós desenvolvido de reconstrução dos factos relativos à presença de militantes nacionalistas em Cabo Verde, a atividade política empreendida e os constrangimentos que enfrentaram, tornou possível descortinar três momentos distintos até ao 25 de Abril de 1974. Um primeiro período, entre 1959 e 1963, em que os militantes nacionalistas, Abílio Duarte e José Leitão da Graça – este sem qualquer ligação conhecida ao PAIGC – surgiram no arquipélago, agindo aparentemente sem instruções das organizações que por aquela altura, desabrochavam em Bissau,

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>12</sup> Convém sublinhar, a este propósito, o facto de a data vulgarmente indicada como o momento fundador do PAIGC, 19 de Setembro de 1956, ter sido posta em xeque, e até desmentida, pela investigação jornalística e historiográfica mais recente. Entre os autores que levaram mais longe este esforço destacamos José Vicente Lopes, *Cabo Verde os bastidores da Independência*, Praia, Spleen, 2002, p. 40, Carlos Pacheco, “Aristides Pereira e a luta de libertação nacional”, in *Público*, 19 de Abril de 2003, p. 14 e Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde 1924-1973*, Coimbra, Universidade de Coimbra Faculdade de Letras, 2007, pp. 172-181 e 198-204.

em Conacri e em Dacar. Abílio Duarte chegara à cidade do Mindelo nos primeiros meses de 1959, onde se inscreve no Liceu Gil Eanes e inicia contactos políticos entre os estudantes primeiro, e os operários depois<sup>13</sup>. Sobre Leitão da Graça, sabe-se que esteve politicamente activo em S. Vicente e na Praia, cidade onde chega em Março de 1960<sup>14</sup>. Na capital do arquipélago junta-se a um grupo, na sua maioria composto por estudantes, que empreendeu um percurso de estudo das suas raízes culturais rumo à consciencialização acerca da situação política de Cabo Verde<sup>15</sup>. Tanto Leitão da Graça como Abílio Duarte viram-se na contingência de abandonar o arquipélago quando persentiram a eminência da sua detenção, o que sucedeu em Agosto<sup>16</sup> e Setembro de 1960<sup>17</sup>, respectivamente.

Segue-se uma segunda fase, entre 1963 e 1968, durante a qual a direcção do partido destaca dois militantes vindos do exterior para as ilhas de Santiago e Santo Antão com o fim de coordenar acções de mobilização e criar condições para uma possível invasão do território. Esta alteração de rumo regista-se após uma reunião de quadros realizada em Julho de 1963, na cidade de Dacar, onde se assiste a uma profunda reflexão sobre qual a abordagem a adoptar relativamente a Cabo Verde e da qual sai um esboço de plano de actuação<sup>18</sup>. No horizonte de dirigentes e responsáveis estava a intensificação da actividade política rumo à luta armada. Fernando dos Reis Tavares e Carlos Lineu Miranda foram os intérpretes desta linha de actuação em Santiago e Santo Antão, respectivamente, ilhas que, durante a reunião de Dacar, foram consideradas pontos-chave face aos objectivos traçados. Contactados em França por responsáveis do PAIGC<sup>19</sup>, estes dois militantes estiveram presentes em Cabo Verde durante períodos inferiores a um ano, tendo sido detidos pela PIDE em Outubro de 1967 na Ribeira Grande, Santo Antão<sup>20</sup>, no Caso de Lineu Miranda, e em Julho de 1968 na Assomada, Santiago<sup>21</sup>, no caso de Fernando Tavares.

---

<sup>13</sup> Cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde Os Bastidores da Independência*, Praia, Spleen, 2002, pp.57-59.

<sup>14</sup> Cf. *Ibidem*, p. 63.

<sup>15</sup> Cf. *Ibidem*, p. 109.

<sup>16</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 61-66.

<sup>17</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 85-89.

<sup>18</sup> Cf. AMS, DAC, PAIGC *Relatório O desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Reunião de quadros responsáveis. 17 a 20 de Julho de 1963. Dakar*, pasta 07063.037.010, dact.

<sup>19</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, PAIGC, proc. n.º 641/61 – SR – 3064, 2.º vol., [s/ título]..., fl. 257 e cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 425. Entrevista de Fernando dos Reis Tavares a Leopoldo Amado.

<sup>20</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>21</sup> Cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 427. Entrevista de Fernando dos Reis Tavares a Leopoldo Amado.

Por último, uma terceira fase, entre 1968 e 1974, em que a direcção do partido entregou a um militante vindo da metrópole a direcção centralizada da luta em todo o arquipélago, uma alteração de desenho da estrutura clandestina no arquipélago que não mudou o rumo traçado pelo PAIGC em 1963. Coube a Jorge Querido o desempenho dessa missão, ele que regressou a Cabo Verde em Novembro de 1968<sup>22</sup> depois de concluir a licenciatura em engenharia de minas. Enquanto estudante, Jorge Querido havia integrado a organização de estudantes nacionalistas cabo-verdianos surgida na viragem da década de 60 e onde pontificavam nomes como Manuel Rodrigues, Arlindo Vicente Silva e Ovídio Martins, por exemplo<sup>23</sup>. Em Santiago, Jorge Querido vai deparar-se com um prolongado período de seca, um fenómeno que se agravará na viragem para a década de 70 e que estará na origem de um êxodo rural rumo a Portugal. Assistirá a um crescimento da organização clandestina em número de militantes e simpatizantes, em particular na ilha de Santiago, sem que a necessária segurança conspirativa estivesse assegurada. Há responsáveis locais do PAIGC que assinalam um pressão crescente da base militante para que a direcção do PAIGC ministre treino militar e forneça armas<sup>24</sup>. Ainda assim, o encarceramento de militantes continuou a debilitar a organização clandestina, com destaque para as detenções ocorridas na sequência do assalto ao navio *Pérola do Oceano* ao largo da ilha de Santiago em Agosto de 1970, sobressaindo entre elas a figura de Pedro Martins<sup>25</sup>. Em Setembro de 1972, Alexandre Ramos de Pina seria conduzido aos calabouços<sup>26</sup> e, em Janeiro de 1974, seria a vez do próprio Jorge Querido<sup>27</sup>. De resto, a prisão de Jorge Querido dá-se num contexto de distanciamento progressivo entre este quadro e o Comité Coordenador de Lisboa, ditado por divergências de fundo ideológico, e numa altura em que a condução da actividade do partido em Cabo Verde havia sido assumida por José Luís Fernandes<sup>28</sup>.

Os meses que medeiam entre o 25 de Abril de 1974 e a proclamação da independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, decorreram em moldes em tudo diversos do que temos vindo a descrever. A abertura democrática possibilitada pela Revolução dos Cravos conferiu ampla

---

<sup>22</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, Jorge Maria Ferreira Querido, proc. n.º 4404 – CI(2) – 7354, [s/ título], 21 de Novembro de 1968, dact., fl. 250.

<sup>23</sup> Cf. Jorge Querido, *Cabo Verde - Subsídios para a história da nossa luta de libertação*, Lisboa, Vega, 1988, p. 16.

<sup>24</sup> Cf. *Ibidem*, p. 27.

<sup>25</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, Pedro Rolando dos Reis Martins, proc. n.º 15941 – CI(2) – 7757, [s/ título], 27 de Agosto de 1970, dact., fl. 529.

<sup>26</sup> Cf. AHM, CTI Cabo Verde 1973, Fundo 7 A 73, caixa 110, doc. 61, *Estudo da situação de Cabo Verde (referido a Set. 73)*, Setembro de 1973, p. 5-5 e cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde...*, pp. 258-259.

<sup>27</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, Olívio Melício Pires, proc. n.º 428 – SR – 5156, [s/ título], 29 de Janeiro de 1974, dact., fl. 5.

<sup>28</sup> Cf. Jorge Querido, *Cabo Verde...*, p. 46 e cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde...*, p. 181 e pp. 263-264.

liberdade de movimentos, não apenas ao PAIGC mas também à União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), favorável à independência mas contrária à união política com a Guiné-Bissau, e a União Democrática de Cabo Verde (UDC), que se opunha à independência do arquipélago. Este período assiste à revelação no território de novos actores, o que inclui novas autoridades nomeadas por Lisboa ou a presença de militares do MFA, demonstrando lógicas de actuação distintas e, aparentemente, conflituantes. Uma fase rica em eventos e a merecer urgente análise aprofundada podendo constituir um estudo de caso de um processo de transferência de poderes em período de descolonização.

A divisão cronológica aqui enunciada pretende evidenciar as alterações introduzidas pelo direcção do PAIGC sedeadada em Conacri ao nível da hierarquia que, localmente, tinha como tarefa incutir nas massas populares o ideário nacionalista e tornar viável, por força da mobilização popular e da criação de condições logísticas, o desembarque de guerrilheiros em Cabo Verde. Porém, as características e condicionantes que moldaram a acção nacionalista no arquipélago mantiveram-se ao longo de todo o período. Iremos resumi-las em cinco pontos.

Em primeiro lugar, a primazia ao campesinato, quer nos contactos estabelecidos, quer na mensagem política divulgada. Esta opção decorre da escolha da questão da terra, a sua posse, o seu uso e a distribuição dos seus frutos como um dos tópicos cimeiros para a mobilização da população. Os dirigentes do PAIGC viam nos desequilíbrios registados no regime de propriedade fundiária um dos sintomas do colonialismo no arquipélago. Por outro lado, o enfoque colocado no campesinato tinha em vista o suporte humano e logístico que seria necessário conceder aos guerrilheiros aquando de um eventual desembarque de militantes armados. No início da década de 70, a direcção do partido acentuou a necessidade dos contactos políticos incidirem igualmente sobre a pequena burguesia ligada à administração colonial e ao comércio e sobre a população estudantil<sup>29</sup>, um propósito que parece surgir como resposta ao êxodo dos campos entretanto registado em Cabo Verde decorrente da falta de chuvas e da ameaça de queda no volume das colheitas agrícolas.

Em segundo lugar, as áreas consideradas alvos prioritárias para a mobilização foram as ilhas predominantemente agrícolas, onde os recursos alimentares e aquíferos eram mais abundantes, os casos de Santiago e Santo Antão, as mais montanhosas do arquipélago. Essas escolhas foram feitas,

---

<sup>29</sup> Cf. AMS, DAC, Mensagem aos responsáveis e militantes do PAIGC em Cabo Verde, 1970, pasta 04999.028, dact., im. 1.



quer em função da mensagem de que eram portadores os militantes, quer em função dos alvos militares que o PAIGC pretendia atingir<sup>30</sup>. A ilha de São Vicente não foi descorada devido à sua importância populacional<sup>31</sup>. O cruzamento de testemunhos de militantes com a informação proveniente do arquivo da PIDE-DGS à guarda da Torre do Tombo sugere um grau de implantação variável de local para local, sendo particularmente visível na ilha de Santiago, no concelho de Santa Catarina, ao passo que era considerado insatisfatório pela cúpula do PAIGC em S. Vicente.

O terceiro ponto surge associado à circunstância de as acções de mobilização não terem ignorado as comunidades emigrantes, bem como a comunidade estudantil de Lisboa. Isto tornou-se notório em relação a Dacar e a Roterdão, ou à comunidade de estudantes cabo-verdianos de Lisboa. O PAIGC procurava, desta forma, adequar o seu modo de intervenção a uma das características estruturais da sociedade cabo-verdiana, ou seja, o grande peso da emigração e a forma como este fenómeno foi semeando comunidades crioulas em vários pontos do globo. A direcção do PAIGC pretendia que, no interior das comunidades cabo-verdianas na diáspora, surgissem militantes aptos a estabelecerem pontes com um arquipélago sem fronteiras terrestres. Dacar no Senegal e Roterdão na Holanda foram portos de abrigo de muitos insulares em busca de melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, locais de difusão de propaganda nacionalista, no caso da cidade da costa ocidental africana<sup>32</sup>, e de realização de encontros de cariz político, como os registados na cidade portuária do Norte da Europa, animados pela associação cabo-verdiana local<sup>33</sup>. Estas iniciativas não passaram despercebidas às autoridades portuguesas. Quanto a Lisboa, os primeiros indícios da formação de uma organização nacionalista envolvendo estudantes cabo-verdianos remontam a finais da década de 50. A par do enquadramento de estudantes e trabalhadores e do envio de alguns dos seus membros para o arquipélago, constituiu-se, no seu interior, um Comité Coordenador com o fim de assegurar a transmissão de informações e instruções entre a direcção em Conacri e a estrutura clandestina em Cabo Verde<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Cf. AMS, DAC, *PAIGC Relatório...*, im. 49.

<sup>31</sup> Cf. AMS, DAC, Carta dirigida ao Comité de Coordenação de Lisboa, 18 de Janeiro de 1973, pasta 04999.033, dact., im. 1.

<sup>32</sup> Cf. AMS, DAC, *PAIGC Relatório...*, im. 56-57.

<sup>33</sup> Entrevista concedida por João Silva ("Djunga de Biluca") ao autor na Praia a 11 de Setembro de 2004.

<sup>34</sup> Cf. AMS, DAC, *Carta dirigida por Amílcar Cabral aos militantes do PAIGC residentes em Portugal*, 18 de Setembro de 1969, pasta 04999.026, dact., im. 4.

Intimamente relacionado com o ponto anterior, ou seja, a diversidade de áreas de actuação do PAIGC – ilhas cabo-verdianas, continentes africano e europeu – estão as dificuldades de comunicação verificadas entre os vértices deste triângulo, acentuadas pelo condicionalismo geográfico e a vigilância exercida sobre os activistas do PAIGC. Tais condicionantes ajudam a compreender os lamentos da cúpula dirigente do PAIGC quanto à escassez e irregularidade das informações enviadas a partir de Cabo Verde<sup>35</sup> ou as queixas da estrutura clandestina em Cabo Verde quanto ao tom algo vago das instruções provenientes de Conacri<sup>36</sup>.

A quinta e última característica prende-se com a exposição dos militantes nacionalistas à acção da PIDE/DGS, manifesta através de prisões que desarticularam a organização do PAIGC em Cabo Verde e puseram a nu as suas debilidades. Já foram enumerados acima alguns nomes de militantes que caíram sob alçada da PIDE/DGS e as circunstâncias em que tal sucedeu. Gostaríamos de vincar, a este propósito, que as detenções de Carlos Lineu Miranda e Fernando dos Reis Tavares em 1967 e 1968, respectivamente, ocorreram numa altura em que estava em fase de conclusão o treino de guerrilheiros cabo-verdianos que, provenientes de Cuba, deveriam desembarcar nas ilhas. Sabe-se que o regresso de Carlos Lineu Miranda e Fernando dos Reis Tavares ao arquipélago ocorreu no cumprimento de instruções da direcção do PAIGC que pretendia a mobilização da população e a criação de um ambiente propício ao desembarque de militantes armados. Jorge Querido, regressado em Novembro de 1968 com a incumbência de coordenar localmente toda a acção do partido, viu os seus movimentos fortemente escrutinados pela PIDE/DGS até à sua detenção em Janeiro de 1974. Destacamos estes casos como exemplos demonstrativos do modo como a perseguição movida pelas forças de segurança portuguesa constituíram um contributo decisivo para o desarticular da estrutura do PAIGC em momentos-chave. Contudo, os resultados obtidos pelas forças de segurança portuguesas foram influenciados pelo condicionalismo geográfico – o facto de Cabo Verde ser um arquipélago formado por dez ilhas – aliado a um certo descuido prevalecte na organização nacionalista local no cumprimento das regras de segurança conspirativa<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>36</sup> Cf. Pedro Martins, *Testemunho de um combatente*, Praia-Mindelo, Instituto Camões Centro Cultural Português, 1990, p. 76.

<sup>37</sup> Cf. Pedro Martins, *Testemunho...*, p. 96 e cf. Jorge Querido, *Cabo Verde...*, p. 27.

Estes constrangimentos não terão demovido a direcção do partido de ponderar eventuais acções armadas em Cabo Verde. Sabemos que essa possibilidade foi continuamente equacionada por Amílcar Cabral até ao seu desaparecimento físico. Depois do abortar do desembarque de guerrilheiros em preparação em Cuba após a morte de Che Guevara na Bolívia, o PAIGC obteve, junto da União Soviética, um barco de pesca de longo curso dotado de armamento e meios de comunicação. Colocado em estado de prontidão no alto mar, este navio desencadearia o ataque logo que recebesse uma ordem vinda de Conacri<sup>38</sup>. Por seu turno, o jornalista cabo-verdiano José Vicente Lopes revelou a presença de dois militantes insulares oriundos de Lisboa em Cuba onde, acompanhados por Olívio Pires, receberam treino militar como forma de os tornar aptos à realização de actos de guerrilha urbana. Porém, a estadia foi curta e não chegou às quatro semanas tendo as autoridades cubanas determinado a expulsão dos três militantes depois da difusão da notícia do assassinato de Amílcar Cabral<sup>39</sup>.

O carácter insipiente da organização política em Cabo Verde, a que se juntou o frustrar das expectativas relativamente a um assalto a Cabo Verde, gerou impaciência entre franjas de militantes cabo-verdianos colocadas em vários escalões do partido, desde aqueles que pertenciam às células clandestinas no arquipélago, passando pelo Comité Coordenador de Lisboa, e chegando a Conacri, com Abílio Duarte na linha da frente da contestação ao secretário-geral. Amílcar Cabral viu-se confrontado com essa impaciência, manifesta em críticas que apontavam um défice de iniciativa relativamente a Cabo Verde ou mesmo um défice de partilha de informação sobre o tema Cabo Verde entre os restantes membros da direcção do partido. Convém referir que este estado de espírito tornou-se mais notório em vários escalões do partido após a não concretização do desembarque preparado a partir de Cuba. Se havia militantes em Cabo Verde que manifestaram «pesar» pelo abortar da missão<sup>40</sup>, os membros da organização estudantil em Portugal sentiam que a direcção do PAIGC não manifestava sobre Cabo Verde um grau de preocupação equivalente ao da Guiné<sup>41</sup>. Em Conacri, Amílcar Cabral será o destinatário de uma exigência de teor idêntico expressa

---

<sup>38</sup> Cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, pp. 441-442. Entrevista de Herculano Vieira a Leopoldo Amado e entrevista de concedida por Agnelo Medina Dantas Pereira ao autor na Praia a 15 de Setembro de 2004.

<sup>39</sup> Cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde...*, pp. 27-28.

<sup>40</sup> Cf. Pedro Martins, *Testemunho...*, pp. 96-98

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Carlos Reis ao autor na Praia a 15 de Setembro de 2004 e cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 407. Entrevista de Carlos Reis a Leopoldo Amado.

por Osvaldo Lopes da Silva<sup>42</sup>. Aliás, a posição de Osvaldo Lopes da Silva terá o suporte de Abílio Duarte, um dirigente que, no decurso de uma reunião do *Bureau* Político realizada em Abril de 1970, solicitou de forma enfática um alargamento da discussão e decisão do tópico Cabo Verde a toda a direcção do partido e a sua não centralização na pessoa do secretário-geral, o que foi encarado pelo líder máximo do PAIGC como uma postura de desafio à sua autoridade<sup>43</sup>.

A contestação proveniente da ala cabo-verdiana convivía com aquilo que, em nosso entender, era o mal-estar prevalecente entre certos sectores guineenses por força de uma não-aceitação cabal do princípio da unidade Guiné-Cabo Verde. Um episódio demonstrativo desta inferência ocorreu entre a comunidade de estudantes guineenses sedeados na URSS. Os factos remontam a Dezembro de 1963 e prolongaram-se pelos primeiros meses de 1964. Uma Comissão Especial encarregue de apurar os factos e atribuir responsabilidades mencionou actos de indisciplina tendo sobressaído as figuras de Estêvão Tavares e José Luís Barbosa, acusados de «terem sabotado a unidade entre os estudantes; de acção abertamente anti-partidária, contra os princípios fundamentais dos estatutos e do Programa do Partido; de caluniarem a direcção do Partido»<sup>44</sup>. Uma carta dirigida por Carlos Correia a Estêvão Tavares, de que o relatório reproduz extractos, incita ao reforço da aliança entre guineenses e cabo-verdianos e acusa os mentores do complô de professarem um «nacionalismo estreito e duvidoso»<sup>45</sup>. Aos envolvidos neste incidente, a Comissão Especial propôs a aplicação de um conjunto de medidas punitivas que passavam pela retirada da bolsa de estudos, a suspensão ou mesmo a expulsão do partido<sup>46</sup>.

À medida que os anos 60 caminham para o fim, nota-se um avolumar dos sinais de cansaço e desânimo entre os militantes guineenses, a maioria dos guerrilheiros que, no mato, combatiam o exército português. O aumento das deserções, fenómeno a que não é alheia a estagnação verificada no domínio militar na viragem para os anos 70, era disso exemplo. A PIDE/DGS ecoa esses sintomas veiculando queixas de nacionalistas guineenses que se consideravam preteridos pelo secretário-geral do PAIGC em detrimento de elementos da ala cabo-verdiana na ocupação dos

---

<sup>42</sup> Cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 552. Entrevista de Osvaldo Lopes da Silva a Leopoldo Amado.

<sup>43</sup> Cf. AMS, DAC, *Acta informal da reunião alargada da Direcção Superior do PAIGC*, Abril de 1970, pasta 07071.122.001, man., im. 68 e Cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde...*, p. 231.

<sup>44</sup> AMS, DAC, *PAIGC Relatório da Comissão Especial destinada a estudo e julgamento da tentativa de complot anti-Partido por parte de alguns estudantes-bolseiros*, 5 de Junho de 1964, pasta 07071.123.013, dact., im. 4.

<sup>45</sup> *Ibidem*, im. 13.

<sup>46</sup> Cf. *Ibidem*.

escalões superiores da estrutura do partido. A este propósito, e à medida que a década de 60 caminha para o seu final, a PIDE/DGS produz numerosos relatórios, de grau de credibilidade diverso, mas coincidentes quanto à mensagem. Não escaparam igualmente aos agentes da polícia política os indícios de tentativas de cisão dentro do partido. É disso exemplo o surgimento, nos relatórios da PIDE, em 1967, da figura de Honório Sanches Vaz, um nome associado pelas autoridades portuguesas ao Partido Democrático Orgânico da Guiné (PDONG), uma cisão que lhe terá valido a morte ordenada por Amílcar Cabral e o encarceramento dos seus partidários<sup>47</sup>. Em 1968, a polícia política regista o surgimento de uma denominada Junta Militar dos Patriotas da Guiné-Bissau (JMPGB), manifesta num comunicado em formato de esboço assinado por 50 comandantes entre os quais surge, à cabeça, Mamadú Injai, figura que, cinco anos mais tarde, estaria envolvida no assassinato do secretário-geral do PAIGC<sup>48</sup>. Nesse rascunho é explicitado o afastamento de Amílcar Cabral da direcção do movimento nacionalista e a extinção do PAIGC, ao mesmo tempo que se propunha a união de esforços com guerrilheiros da FLING em torno de uma Frente Popular de Libertação da Guiné-Bissau (FPL-GB), um organismo agregador de todos os nacionalistas guineenses<sup>49</sup>. Por outro lado, o projecto de uma união de esforços envolvendo as comunidades guineense e cabo-verdiana na luta comum pela independência está completamente ausente de qualquer um destes documentos. Esta sucessão de eventos é concomitante com um acentuar da acção psicossocial encetada pelas autoridades portuguesas tendente a acicatar o mal-estar entre guineenses e cabo-verdianos, lembrando aos primeiros uma eventual posição de subalternidade no interior do PAIGC face aos ilhéus. Era prometida uma Guiné melhor, sem a presença de cabo-verdianos na administração da província, e acenava-se com uma alteração do estatuto político da província rumo à autonomia e a uma «auto-determinação sob bandeira portuguesa»<sup>50</sup> caso os nacionalistas abdicassem da luta, em conjunto, pela independência da Guiné e Cabo Verde. Estes pressupostos surgem plasmados num plano revelado pela direcção do PAIGC em Março de 1972 no qual, através do acicatar daquilo que a cúpula do PAIGC denominava de sentimentos racistas e

---

<sup>47</sup> Cf. AHDMNE, Organizações Nacionalistas FLING, proc. 940,1 (5) D, n.º de ordem 461 PAA, *Informação n.º 1239 - SC/CI(2)*, 10 de Novembro de 1967, dact., fl. 1.

<sup>48</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, PAIGC, proc. n.º 641/61 – SR – 3064, 2.º vol., *Frente Popular de Libertação da Guiné-Bissau (FPL - GB) Comunicado*, Novembro de 1968, dact., fl. 201.

<sup>49</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, PAIGC, proc. n.º 641/61 – SR – 3064, 2.º vol., *Apelo*, Novembro de 1968, dact., fl. 203.

<sup>50</sup> AMS, DAC, PAIGC *Vamos reforçar a nossa vigilância, para desmascarar e eliminar os agentes do inimigo para defendermos o Partido e a luta e para continuarmos a condenar ao fracasso todos os planos dos criminosos colonialistas portugueses*, Março de 1972, pasta 04602.067, dact., im. 6.

tribalistas, visava a eliminação física do secretário-geral e o estabelecimento de negociações com as autoridades portuguesas<sup>51</sup>. A autoria do plano foi atribuída às chefias militares portuguesas localizadas em Bissau mas os seus executores dentro do partido, ainda que caracterizados, não foram nomeados<sup>52</sup>. No entanto, a investigação historiográfica mais recente, cruzada com testemunhos orais entretanto vindos a público (o caso de Herculano Vieira, militante cabo-verdiano membro da Marinha Nacional Popular) atribuem a autoria do plano a Aristides Barbosa e a Momo Touré, entretanto colocados sob prisão em conjunto com dezenas de outros militantes<sup>53</sup>.

É sobre este pano de fundo que ganha relevância assinalar os percursos e posicionamentos de alguns dos militantes guineenses e cabo-verdianos que coabitaram na Marinha Nacional Popular (MNP). Osvaldo Lopes da Silva, que questionou o secretário-geral sobre o impasse da luta em Cabo Verde, liderou um grupo de militantes cabo-verdianos colocados na MNP em 1972 depois de ter cumprido um período de formação na URSS iniciado dois anos antes<sup>54</sup>. Os testemunhos de antigos combatentes cabo-verdianos são coincidentes quanto ao sentimento de hostilidade dispensado por elementos guineenses pertencentes ao quadro da marinha<sup>55</sup>, entre os quais pontificavam Inocêncio Cani e Inácio Soares da Gama. Essa animosidade, abundantemente glosada nos processos da PIDE/DGS referente ao PAIGC, radica, segundo certos autores, num rancor prevaiente na sociedade guineense por força da presença de muitos cabo-verdianos na máquina colonial portuguesa instalada na costa ocidental africana<sup>56</sup>. A Marinha Nacional Popular revelou-se, neste cenário, um barómetro das dissensões que lavravam no partido.

Uma reivindicação, por parte de certos militantes cabo-verdianos, de uma decisão relativa à questão cabo-verdiana de modo a imprimir um impulso que conduzisse a luta política no arquipélago a um novo patamar. Ao mesmo tempo, um acumular, entre sectores da ala guineense, de sinais de cansaço induzido pelo esforço de guerra, de descontentamento por uma alegada

---

<sup>51</sup> Cf. *Ibidem*, im. 3-8.

<sup>52</sup> Cf. *Ibidem*, im. 4.

<sup>53</sup> Cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 445. Entrevista de Herculano Vieira a Leopoldo Amado e cf. Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral...*, p. 470.

<sup>54</sup> Cf. *Ibidem*, p. 444. Entrevista de Herculano Vieira a Leopoldo Amado.

<sup>55</sup> Cf. Entrevista concedida por André Corsino Tolentino ao autor em Lisboa a 22 e 23 de Novembro de 2007, cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 444. Entrevista de Herculano Vieira a Leopoldo Amado e entrevista concedida por Osvaldo Aranda Azevedo ao autor no Mindelo a 17 de Setembro de 2004.

<sup>56</sup> Cf. Álvaro Nóbrega, *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003, p. 209 e cf. Peter Karibe Mendy, "A herança colonial e o desafio da integração", in *Soronda - Revista de estudos guineenses*, n.º 16, Julho de 1993, p. 27.

posição de subalternidade face ao elemento cabo-verdiano, e até de recusa do princípio da unidade na luta entre as duas grandes comunidades. Eis os vectores de uma crise interna vivida pelo PAIGC na sequência da qual a autoridade do secretário-geral foi posta em causa. É, pois, neste contexto, que se desenrola o assassinato de Amílcar Cabral. Os seus executantes estão largamente identificados, destacam-se Inocêncio Cani, Inácio Soares da Gama, e ainda o nome de Mamadu Injai, o chefe do grupo que, nessa noite, raptou o número dois do PAIGC, Aristides Pereira e o conduziu de barco para águas territoriais da província da Guiné. Um sublinhado para as figuras de Aristides Barbosa e Momo Touré, libertados da prisão do partido pelos conspiradores nessa noite sendo o seu lugar ocupado por vários outros militantes, na sua maioria cabo-verdianos<sup>57</sup>. Como verificámos acima, qualquer um destes militantes esteve envolvido em litígios com a hierarquia superior do PAIGC. A este lote juntamos Inocêncio Cani, acusado de corrupção em 1971, preso e afastado quer do comando da MNP, quer do assento que ocupava no Comité Executivo da Luta<sup>58</sup>. Todavia, esta conjura permanece envolta em mistério quanto às suas motivações e mandantes. A versão veiculada por dirigentes do PAIGC tem insistido numa ligação directa entre os autores materiais do assassinato e as autoridades portuguesas em Bissau, que teriam induzido Aristides Barbosa e Momo Touré, anteriormente presos em Bissau e libertados por ordem de Spínola em 1969, ao seu planeamento. Na verdade, a eliminação do líder nacionalista estava na agenda dos responsáveis da PIDE/DGS e foi planeada, por exemplo, em 1971, na denominada “Operação Amílcar Cabral”<sup>59</sup>. Por seu turno, a residência do secretário-geral do PAIGC fora atingida no decurso da Operação “Mar Verde”, levada a cabo em Novembro de 1970 pelo exército português em solo da Guiné-Conacri, numa demonstração clara de que Amílcar Cabral era um dos seus alvos cimeiros<sup>60</sup>. Contudo, alguns observadores chamaram a atenção para a grande facilidade com que os conjurados estabeleceram contactos com elementos da cúpula do regime de Conacri e com o próprio Sékou Touré nas horas que se seguiram à morte de Amílcar Cabral. Alguns investigadores sugerem que houve conivência, e até cumplicidade, de Sékou Touré para com os revoltosos. Tal atitude radica, segundo esses autores, na sua recusa da unidade Guiné-Cabo Verde, conflituante

---

<sup>57</sup> Cf. José Pedro Castanheira, *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995, pp. 82-85.

<sup>58</sup> Cf. *Ibidem*, p. 118.

<sup>59</sup> Cf. IAN/TT, PIDE-DGS, Amílcar Cabral, proc. n.º 222 - SR – 5153, *Operação Amílcar Cabral*, 29 de Março de 1971, dact., fl. 115.

<sup>60</sup> Cf. José Pedro Castanheira, *Quem mandou...*, p. 65 e cf. José Freire Antunes, *Nixon e Caetano promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, p. 104.

com o projecto de uma grande Guiné abarcando o território da colónia da Guiné<sup>61</sup>. Por fim, há a mencionar as diversas informações coligidas pela PIDE/DGS que apontam para a ocorrência de várias tentativas de assassinato de Amílcar Cabral intentadas por opositores internos, de que é exemplo o surgimento em 1967, na região do Boé, de um movimento conspirativo com esse objectivo<sup>62</sup>. Essas notícias, às quais a polícia política atribuía variados níveis de verosimilhança, são, por si só, indiciadoras de um ambiente de forte tensão no interior do PAIGC. Daqui se conclui que vários actores, com motivações e linhas de actuação diversas e, por vezes, contrárias entre si, convergirem num interesse comum: a eliminação política ou mesmo o desaparecimento físico, do secretário-geral do PAIGC. Contudo, não foi possível, até ao momento, encontrar os elementos documentais ou testemunhais que, de uma forma concludente, liguem estes agentes aos executantes do assassinato.

Apesar disso, acreditamos não ser possível ignorar as condicionantes internas que enquadraram os acontecimentos de Janeiro de 1973, sendo possível sustentar que tais factos são explicáveis por um culminar de um processo dialéctico em que se defrontaram forças opostas, tendo como fulcro a questão da unidade e o impasse acerca do desenvolver da luta armada em Cabo Verde. Alguns testemunhos falam de um partido em transe entre 20 de Janeiro de 1973 e o Congresso de Madina do Boé, realizado entre 18 e 22 de Julho do mesmo ano<sup>63</sup>. Nessa data, a direcção superior do partido foi recomposta. A Comissão Permanente do Comité Executivo da Luta (CPEL), composta por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral, passa a designar-se Secretariado Permanente, tendo nele ingressado João Bernardo “Nino” Vieira e Francisco Mendes (“Chico Tê”), que se juntaram a Aristides Pereira e a Luís Cabral. Nascidos em colónias diferentes – os irmãos Cabral na Guiné, Aristides Pereiras em Cabo Verde – os três membros do CPEL revelam, nas suas biografias, pontos de contacto que as tornam bastante homogéneas, que passam pela frequência do liceu Gil Eanes na cidade de Mindelo, pela presença em Cabo Verde durante a década de 40 ao mesmo tempo que duas graves crises de seca e fome devastavam o arquipélago, e o exercício de actividades profissionais na colónia da

---

<sup>61</sup> Cf. Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde 1924-1973*, Coimbra, Universidade de Coimbra Faculdade de Letras, 2007, pp. 571-572 e cf. José Pedro Castanheira, *Quem mandou...*, pp. 185-200.

<sup>62</sup> Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, Amílcar Cabral, proc. n.º 1915/50 – SR - 2676, pasta 4, *Informação n.º 689- SC/CI(2)*, 22 de Junho de 1967, dact., fl. 956, classif. – C3; cf. IAN/TT, PIDE/DGS, Amílcar Cabral, proc. n.º 1915/50 – SR - 2676, pasta 4, *Informação n.º 942 - SC/CI(2)*, 24 de Agosto de 1967, dact., fl. 892, classif. – B2; cf. IAN/TT, PIDE/DGS, PAIGC, proc. n.º 641/61 – SR - 3064, 2.º vol., *Dissidências no seio do PAIGC*, 30 de Maio de 1968, dact., fls. 381-382.

<sup>63</sup> Uma descrição dos debates e decisões do II Congresso do PAIGC pode ser lida em José Vicente Lopes, *Cabo Verde...*, pp. 235-248.



Guiné<sup>64</sup>. A presença de “Nino” Vieira e de “Chico Tê” no topo da pirâmide hierárquica do PAIGC representa a chegada ao órgão-chave deste movimento nacionalista de uma segunda geração de quadros guineenses que ingressou no partido em 1960<sup>65</sup>. Lembre-se que cabia ao CPCEL, depois designado de Secretariado Permanente durante o II Congresso, a gestão do quotidiano do movimento emancipalista face ao modo irregular como se realizavam as reuniões do Comité Executivo da Luta<sup>66</sup>, onde os militantes guineenses eram maioritários<sup>67</sup>. Esta reconfiguração no vértice da estrutura do PAIGC é demonstrativa dos esforços empreendidos no sentido de reconstruir os frágeis equilíbrios internos postos em xeque pelo desaparecimento de Amílcar Cabral, uma forma de proclamar *urbi et orbi*, a força do princípio da unidade. Por outro lado, a criação da Comissão Nacional de Cabo Verde durante o II Congresso, organismo dirigido por Pedro Pires ao qual cabia, doravante, a definição das orientações políticas relativas a Cabo Verde, surge como resposta natural aos anseios reiteradamente expressos por Abílio Duarte e Osvaldo Lopes da Silva relativamente à questão cabo-verdiana. Esta tentativa de pacificação interna, de que o II Congresso representou o momento chave, decorreu após o julgamento e execução, no interior do território guineense, de um número até agora indeterminado de militantes alegadamente envolvidos na conspiração que conduziu à morte de Amílcar Cabral<sup>68</sup>.

Em resumo, as resoluções do II Congresso do PAIGC são, na nossa opinião, um reflexo do carácter central que o tópico da unidade assumiu na vida do partido pela forma como elas procuraram repor o delicado equilíbrio interno entre os vários sectores e etnias. São, também, o reconhecimento implícito de que a unidade, força propulsora de um movimento político que agrupava componentes diversos, transforou-se, no decurso do processo que conduziu à independência da Guiné e Cabo Verde, o âmago das tensões internas que o PAIGC enfrentou. Resolvida, na aparência e momentaneamente, a questão da unidade e encontrado um novo enquadramento para a tomada de decisões relativas ao desenvolvimento da acção política em Cabo Verde, o PAIGC arrumava a casa em vésperas da proclamação da independência da Guiné, a 24 de Setembro de 1973, e da Revolução dos Cravos, em Abril do ano seguinte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, L. V. T. 2005. *Guerra Colonial versus Guerra de Libertação .1963-1974.: o caso da Guiné-Bissau*, Lisboa, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.

---

<sup>64</sup> Cf. Ângela Sofia Benoliel Coutinho, *Les Dirigeants du PAIGC «Parti Africain Pour L'Indépendance de la Guinée-Bissau et du Cap-Vert» des Origines à la Scission*, Paris, Université de Paris I- Panthéon - Sorbonne U.F.R. d'Histoire, 2005, p. 35, cf. Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral...*, p. 74, cf. Luís Cabral, *Crónica da Libertação*, Lisboa, Edições O Jornal, 1984, pp. 22-23, cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 74 e cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde...*, p. 47.

<sup>65</sup> Cf. *Ibidem*, p. 81, p. 87, p. 92 e p. 100.

<sup>66</sup> Cf. Aristides Pereira, *O meu testemunho...*, p. 396. Entrevista de Aristides Pereira a Leopoldo Amado.

<sup>67</sup> Cf. Ângela Sofia Benoliel Coutinho, *Les Dirigeants...*, pp. 92-93.

<sup>68</sup> Cf. José Pedro Castanheira, *Quem mandou...*, pp. 93-94.

- ANTUNES, J. F. 1992. *Nixon e Caetano promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural.
- CABRAL, A. 1974. *PAIGC Unidade e luta*, Lisboa, Publicações Nova Aurora.
- 1976. *A arma da teoria - Unidade e Luta I*, Lisboa, Seara Nova.
- CABRAL, L. 1984. *Crónica da Libertação*, Lisboa, O Jornal.
- CARDOSO, H. 1993. *O Partido Único em Cabo Verde, um assalto à esperança*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- CASTANHEIRA, J. P. 1999. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* 3.ª Edição, Lisboa, Relógio d'Água.
- CHABAL, P. 1983. *Amílcar Cabral - Revolutionary leadership and people's war*, Cambridge, Cambridge University Press.
- COUTINHO, Â. S. B. 2005. *Les Dirigeants du PAIGC «Parti Africain Pour L'Indépendance de la Guinée-Bissau et du Cap-Vert» des Origines à la Scission*, Paris, Université de Paris I - Panthéon – Sorbonne UFR d'Histoire.
- DHADA, M. 1993. *Warriors at work How Guinea was really set free*, Colorado, Universty Press of Colorado.
- KI-ZERBO, J. 2002. *História da África Negra*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- LOPES, J. V. 2003. *Cabo Verde As causas da independência*, Praia, Spleen Edições.
- MARTINS, P. 1995. *Testemunho de um combatente*, Praia-Mindelo, Instituto Camões Centro -Cultural Português.
- MENDY, P. K. 1993. “A herança colonial e os desafios da integração”, in *Soronda - Revista de estudos guineenses*, n.º 16, Bissau, pp. 3-37.
- NÓBREGA, Á. 2003. *A luta pelo poder no PAIGC*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- PACHECO, C. 2003. “Aristides Pereira e a luta de libertação nacional”, in *Público*, 19 de Abril, p. 14.
- PÉLISSIER, R. 1989. *História da Guiné 1841-1936*, Lisboa, Estampa.
- PEREIRA, A. 2003. *O meu testemunho: Uma luta um partido dois países – versão documentada*, Lisboa, Editorial Notícias.
- QUERIDO, J. 1988. *Cabo Verde - Subsídios para a história da nossa luta de libertação*, Lisboa, Vega.
- ROSAS, F. &, OLIVEIRA, P. A. 2004. *A Transição falhada - O Marcelismo e o fim do Estado Novo .1968-1974*. Lisboa. Notícias Editorial.
- RUDEBECK, L. – Guinea-Bissau .1974. *A study of political mobilization*, Upsala, Scandinavian Institute of African Studies.
- SILVA, A. E. D. 1997. *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- SOUSA, J. S. 2007. *Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde 1924-1973*, Coimbra, Universidade de Coimbra Faculdade de Letras.